

António Capucho e o paralelo com Santo Tirso

Por Luís Melo

Publicado em Março 2014 no Notícias de Santo Tirso

António Capucho foi um destacadíssimo militante do PSD. A ele se devem muitas das vitórias do partido, que tiveram como consequência o trilhar de um novo rumo para um Portugal saído de décadas de Estado Novo. Alguns dizem mesmo que foi ele o “arquitecto” do sucesso da Aliança Democrática, tendo convencido Francisco Sá Carneiro (com factos, argumentos e números) que a vitória nas eleições de 1979, com maioria absoluta, só seria possível se fizesse um acordo com Diogo Freitas do Amaral (CDS) e Gonçalo Ribeiro Teles (PPM).

Foi Secretário-Geral e Vice-Presidente do PSD em momentos importantes da história do partido e do país. Foi Deputado na AR e um excelente Líder Parlamentar. Passou por 3 Governos e, apesar de 2 deles terem sido de má memória (AD com Pinto Balsemão e Bloco Central com Mário Soares), o seu papel no segundo Governo do PSD com Cavaco Silva foi muito importante. Depois veio uma relevante passagem pelo Parlamento Europeu (como Deputado e Vice-Presidente) e pela Câmara Municipal de Cascais onde deu 3 vitórias ao partido.

Este curriculum político e de serviço público era mais do que suficiente para, chegado aos 65 anos, sair da política pela porta grande como um dos grandes obreiros dos sucessos do PSD e um dos portugueses que mais contribuíram ao longo da sua vida de serviço público para o desenvolvimento de Portugal a todos os níveis: local, regional, nacional, europeu. Capucho acumulou um capital que lhe permitiria ser um importante militante de base do PSD (os verdadeiros donos do partido) e uma grande reserva intelectual do país.

Ao contrário do que alguns dizem, saber identificar a hora certa de sair de cena não é uma arte. Aquele que é sensato, racional e prudente sabe bem quando deve sair. Não porque tenha deixado de ser capaz, mas porque tem a consciência que a rotina atrai o conservadorismo e afasta a inovação. E que isso impede o desenvolvimento. Daí que, aquele que é bem intencionado e altruísta saiba que o correcto é dar o lugar a outros. Não necessariamente mais novos ou mais fortes. Mas com mentalidades novas, livres e vigorosas.

O risco de deixar passar a hora certa de sair de cena é acabar por incorrer nisso de uma forma impulsiva quando a insatisfação ou o desgaste já atingiram um nível tal que comprometem o bom senso. Foi isso que aconteceu a muitos políticos da nossa praça – dos quais Mário Soares é o exemplo mais evidente e, coitado, não tem em casa filhos com noção, que sejam capazes de pedir

aos jornalistas que deixem de lhe colocar microfones na frente (já que pedir-lhe para se abster parece impossível). É isso que está a acontecer a António Capucho.

António Capucho tornou-se presunçoso, e porta-se agora como se fosse dono do partido, o único herdeiro de Sá Carneiro. Tal e qual como Mário Soares com o PS e a democracia portuguesa. Ora, o PSD não é dele nem tem de seguir o que ele diz. De qualquer maneira, o PSD sempre foi um partido democrata e pluralista! Capucho tem direito a dizer o que pensa sem ser ostracizado! E o processo da cessação da sua militância está claramente revestido de marginalização, de alguém que tem sido crítico do status quo. É isso que condeno!

Bem sei o que dizem os Estatutos do PSD. Mais, antes de começar a escrever este artigo, pedi esclarecimentos a dois amigos que integram o Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), e que por isso tomaram parte na decisão. Portanto estou plenamente consciente de que chegada a queixa ao CJN, este desfecho era quase inevitável. “Não é uma sanção. É uma decorrência directa. O CJN não pode discutir a gradação da pena. Nestes casos os estatutos são claros”. Quase que concordo com o meu caro amigo, mas...

A verdade é que os Estatutos dizem “Cessa a inscrição no Partido dos militantes que se apresentem em qualquer acto eleitoral (...) na qualidade de candidatos, mandatários ou apoiantes de candidatura adversária da candidatura apresentada pelo PPD/PSD”. E se o CJN resolveu não aplicar a “decorrência directa” a militantes que manifestamente foram apoiantes de outras candidaturas (exemplo flagrante: Miguel Veiga apoiou Rui Moreira no Porto) também o poderia ter feito no caso de mandatários ou candidatos.

Muitos dos actuais decisores e dirigentes do PSD fizeram algo que para mim é detestável. Esconderam-se atrás de formalidades para poderem levar a cabo um processo de marginalização de alguém que lhes é incómodo. E esses são os mesmos que, quando lhes dá jeito, ultrapassam pela direita os Estatutos, as Regras e as Leis para se beneficiarem a si próprios. Aliás, os que agora se escudam nos Estatutos terão sido os que possivelmente mais vezes os contornaram no passado. Marcos Antónios à cabeça!

Mas esta discussão sobre a parte “jurídica” da coisa não é o cerne da questão. A verdade é que tudo tem início a montante. Tudo nasce de mais um vergonhoso processo de escolha de uma candidatura autárquica, em que a Comissão Política Nacional e a Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD vetaram a candidatura de Marco Almeida à CM de Sintra, para forçarem a imposição do amigalhão Pedro Pinto (uma das mais medíocres figuras do PSD) como candidato a Presidente daquela Autarquia em que o PSD vence desde 2001.

O dado mais relevante é que a candidatura de Marco Almeida tinha sido desejada e apoiada pelos militantes de base em Sintra, enquanto que a candidatura de Pedro Pinto foi imposta por quem tem o poder de decisão e se julga dono do partido. A consequência foi a vitória oferecida de bandeja ao PS, que apesar de ter um fraco candidato (o vira-casaca Basílio Horta) conseguiu sair vencedor. Ao apoiar Marco Almeida, António Capucho esteve portanto, em boa verdade, ao lado dos militantes de base do PSD e em dissonância com os déspotas.

Tudo isto é fácil de perceber para quem acompanhou de perto o processo de escolha do candidato autárquico do PSD em Santo Tirso. Também cá a opinião dos militantes de base foi desprezada pelos decisores, que naturalmente o fizeram propositadamente porque queriam auto-nomear-se candidatos nas listas autárquicas. Também cá a Comissão Política impôs não só um candidato – manifestamente fraco e indesejado – mas também um coligação absurda com um partido que não tem sequer representação no concelho.

Também cá os dirigentes do PSD se esconderam atrás das formalidades para justificaram as suas escolhas à revelia dos militantes. Também cá esses déspotas acabaram por sair derrotados nas urnas prejudicando o partido e o concelho. Também cá eles se apressaram a apresentar queixas aos Conselhos de Jurisdição para afastar aqueles que não os apoiaram. Também cá foram esses que, quando conveio, contornam os Estatutos (lembrar quando Alírio Canceles recuou para vogal da Comissão Política para contornar a limitação de mandatos, e poder ser presidente aquando das Autárquicas).

O mal é que este gente está tão cheia de si própria que nem sequer consegue discernir. Este tipo de episódios (o ostracizar e afastar de militantes que pensam pela própria cabeça, e de maneira diferente) é pior para o partido, para a democracia, para o país, e até para para eles.